Homologado

Assinado por: **Maria Cesaltina Charréu Frade**
Num. de Identificação: 09007358
Data: 2022.05.03 18:24:40+01'00'
Certificado por: **Diário da República Eletrónico.**
Atributos certificados: **Administradora - Universidade de Évora.**

CHAVE MÓVEL

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

PROCEDIMENTO N.º 6/DF-GCP/UE/2022

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS NO EDIFÍCIO DOS REGENTES AGRÍCOLAS

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª
Objeto

1. O presente procedimento tem por objeto a ***Fornecimento e instalação de plataformas elevatórias no Edifício dos Regentes Agrícolas***.
2. Ao objeto do presente contrato aplica-se o ***CPV 34951000-8 | Plataformas de acesso***, a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74 em 15 de março de 2008.

Cláusula 2.ª
Contrato

1. A execução do contrato obedece:
   a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
   b) Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (Código dos Contratos Públicos, doravante "CCP");
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:
   a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo código;
   b) Os esclarecimentos, retificações e alteração das peças procedimentais, nos termos do disposto no artigo 50º do CCP;
   c) O caderno de encargos;
   d) Os esclarecimentos e suprimento da proposta prestados pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP;
   e) A proposta adjudicada;
   f) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª
Preço Base

O preço base é **36.280,00€ (trinta e seis mil duzentos e oitenta euros)**, sem IVA incluído.

Cláusula 4.ª
Preço Contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Universidade de Évora deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de transporte e os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 5.ª
Condições de pagamento

1. As quantias devidas serão, em princípio, pagas no prazo de 30 dias, com o limite legal de 60 dias, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 299º do CCP, a contar da data de receção nos Serviços Administrativos da Universidade de Évora, da fatura ou documento equivalente, sob pena das pertinentes sanções legais, nomeadamente o direito a juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora.
2. Para os efeitos do número um, a obrigação considera-se vencida com a validação da respetiva fatura ou documento equivalente, a enviar mensalmente.
3. Os pagamentos a efetuar serão apurados tendo por base o fornecimento dos bens designados nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos de acordo com a seguinte informação:
    a. Fase 1: entrega dos bens → 60% do preço contratual;
    b. Fase 2: Conclusão da montagem e instalação dos bens → 30% do preço contratual;
    c. Fase 3: Com a marcação da inspeção final → 10% do preço contratual.
4. Nas condições de pagamento a apresentar pelo adjudicatário não podem ser propostos adiantamentos.

Cláusula 6.ª
Gestor do contrato

Para efeitos do disposto no artigo 290º-A do CCP, o gestor do contrato, por parte da Universidade de Évora, será o Eng. Nuno Bragança.

Cláusula 7.ª
Duração do contrato

O contrato produz efeitos à data da sua assinatura por ambas as partes, considerando o cumprimento dos prazos e demais obrigações legais aplicáveis previstas no artigo 104.º do CCP, e tem o seu termo após a conclusão do fornecimento dos bens e prestação dos serviços objeto do presente procedimento, o que deverá ocorrer no prazo máximo de **90 (noventa) dias**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

Cláusula 8.ª
Local de entrega

Os bens objeto do contrato serão entregues no Edifício dos Reagentes Agrícolas, Pólo da Mitra da Universidade de Évora, Herdade da Mitra (Valverde), 7002-554 Évora.

Cláusula 9.ª
Obrigação de sigilo

O adjudicatário obriga-se ao sigilo de quaisquer informações que obtenha em virtude da execução do contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pela entidade adjudicante, nos termos e para os efeitos da Lei de Proteção de Dados Pessoais.

Cláusula 10.ª
Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser inquirida por alegadamente ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 11.ª
Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Universidade de Évora pode exigir do adjudicatário, o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
   a) Pelo incumprimento do prazo de entrega dos bens objeto de contrato, aplicar uma multa contratual diária de 0,5% do preço contratual sem, contudo, e na sua globalidade, poder vir a exceder 20% do preço contratual.

b) Nos casos em que seja atingido o limite previsto na alínea anterior e a Universidade de Évora decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

c) Para efeitos dos limites previstos nas alíneas a) e b), quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.

2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Universidade de Évora tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

3. A Universidade de Évora pode compensar os pagamentos devidos, ao abrigo do contrato, com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.ª
Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das obrigações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, sismos, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.ª
Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Universidade de Évora pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente incumprimento da cláusula 19.ª do presente caderno de encargos.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

3. O incumprimento, por parte do adjudicatário, confere, nos termos gerais de direito, à Universidade de Évora, além da faculdade de rescindir o contrato, o direito às correspondentes indemnizações legais.

4. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do contraente público poder executar as garantias prestadas pelo cocontratante, quando aplicável.

Cláusula 14.ª
Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros.

2. O direito de resolução é exercido mediante declaração escrita enviada à Universidade de Évora, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 15.ª
Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento.
3. A entidade adjudicante apreciará, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas no artigo 55.º do CCP.
4. O disposto nos números anteriores não é aplicável em caso de transmissão universal ou parcial da posição do cocontratante, na sequência de reestruturação societária, nos termos previstos na alínea a), n.º 1 do artigo 318.º do CCP.

Cláusula 16.ª
Legislação aplicável e foro competente

1. Em tudo o que o presente caderno de encargos for omisso observar-se-á o disposto no código dos contratos públicos e demais legislação aplicável e, em qualquer caso, sempre a lei portuguesa.
2. Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 17.ª
Comunicações e notificações

1. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.
2. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª
Contagem dos prazos

A contagem dos prazos na fase de formação e na fase de execução do contrato regem-se pelo disposto nos artigos 470º e 471º do CCP, respetivamente.

TERMOS DE REFERÊNCIA
PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 18.ª
Objeto

De acordo com o definido na cláusula 1.ª do presente caderno de encargos, o objeto deste procedimento consiste na ***Fornecimento e instalação de plataformas elevatórias no Edifício dos Regentes Agrícolas***, nos termos da cláusula seguinte e anexos.

Cláusula 19.ª
Especificações técnicas e quantidades

Descrição	Qtd.
<u>Aquisição de plataformas elevatórias rebatíveis com as seguintes especificações:</u> 1. Plataforma elevatória PE - 01, a fornecer e a instalar no acesso à entrada frontal do edifício – Velocidade máxima: 6m/min.; – Motorizada reclinável retilínea com exposição direta à intempérie; – 6 degraus, movimentação retilínea; – Dimensões do estrado 1050 x 850 (PxL); – Duas barras de proteção motorizadas; – Botão a bordo com cabo extensível; – Botão de aterragem posicionado no final do rail; – Alimentação 24V DC com baterias na máquina com anti blackout incorporado; – Alimentação 220V - Consumo 100W; – Mecanismo de auto rutura 600W 24V DC; – Reboque com pinhão dentado e redutor irreversível no pinhão e cremalheira presa à parte inferior do rail; – Paraquedas propulsadas por limitador de velocidade de acordo com a Norma Europeia EN 81/40; – Sistemas anti esmagamento, anti corte e antichoque de acordo com a EN 81/40; – Rail fixado com suportes com pé ao degrau ou com fixação à parede; – Desembarque no topo ao nível do último degrau; – Estacionamento em linha no piso inferior; – Rampa com desembarques opostos. A plataforma é reforçada para as novas cadeiras de rodas elétricas com capacidade de 300kg, devendo obedecer às seguintes normas: Norma de produto EN 81/40; Diretiva Máquina 2006/42/CE; Diretiva de Compatibilidade Eletromagnética 2004/108/CE; Diretiva de baixa tensão 2006/95/CE.	**1**
2. Plataforma elevatória PE - 02, a fornecer e a instalar no acesso à entrada frontal do edifício	**1**

– Velocidade máxima: 6m/min.; – Motorizada reclinável retilínea sem exposição direta à intempérie; – 26 degraus, movimentação retilínea / curvilínea com parque a 180º; – Dimensões do estrado 1050 x 850 (PxL); – Duas barras de proteção motorizadas; – Botão a bordo com cabo extensível; – Botão de aterragem posicionado no final do rail; – Alimentação 24V DC com baterias na máquina com anti blackout incorporado; – Alimentação 220V - Consumo 100W; – Mecanismo de auto rutura 600W 24V DC; – Reboque com pinhão dentado e redutor irreversível no pinhão e cremalheira presa à parte inferior do rail; – Paraquedas propulsadas por limitador de velocidade de acordo com a Norma Europeia EN 81/40; – Sistemas anti esmagamento, anti corte e antichoque de acordo com a EN 81/40; – Rail fixado com suportes com pé ao degrau ou com fixação à parede; – Desembarque no topo ao nível do último degrau; – Estacionamento em linha no piso inferior; – Rampa com desembarques opostos. A plataforma é reforçada para as novas cadeiras de rodas elétricas com capacidade de 300kg. Deve obedecer às seguintes normas: Norma de produto EN 81/40; Diretiva Máquina 2006/42/CE; Diretiva de Compatibilidade Eletromagnética 2004/108/CE; Diretiva de baixa tensão 2006/95/CE.	
3. Plataforma elevatória PE - 03, a fornecer e a instalar no acesso à entrada frontal do edifício: – Velocidade máxima: 6m/min.; – Motorizada reclinável retilínea sem exposição direta à intempérie; – 6 degraus, movimentação retilínea / curvilínea com parque a 90º; – Dimensões do estrado 1050 x 850 (PxL); – Duas barras de proteção motorizadas; – Botão a bordo com cabo extensível; – Botão de aterragem posicionado no final do rail; – Alimentação 24V DC com baterias na máquina com anti blackout incorporado; – Alimentação 220V - Consumo 100W; – Mecanismo de auto rutura 600W 24V DC; – Reboque com pinhão dentado e redutor irreversível no pinhão e cremalheira presa à parte inferior do rail; – Paraquedas propulsadas por limitador de velocidade de acordo com a Norma	**1**

Europeia EN 81/40; – Sistemas anti esmagamento, anti corte e antichoque de acordo com a EN 81/40; – Rail fixado com suportes com pé ao degrau ou com fixação à parede; – Desembarque no topo ao nível do último degrau; – Estacionamento em linha no piso inferior; – Rampa com desembarques opostos. A plataforma é reforçada para as novas cadeiras de rodas elétricas com capacidade de 300kg. Deve obedecer às seguintes normas: Norma de produto EN 81/40; Diretiva Máquina 2006/42/CE; Diretiva de Compatibilidade Eletromagnética 2004/108/CE; Diretiva de baixa tensão 2006/95/CE	
Serviços de instalação das 3 (três) plataformas elevatórias no edifício dos Regentes Agrícolas	**1**

ANEXOS

A - PLANTAS E CORTES

B – PLANO DE ACESSIBILIDADES

C – MAPA DE QUANTIDADES